



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 679937 - SP (2021/0218408-4)

RELATOR : MINISTRO OLINDO MENEZES (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TRF 1ª REGIÃO)
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
ADVOGADOS : GUSTAVO OCTAVIANO DINIZ JUNQUEIRA - SP149115
DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : MARCELO CORREA DE AMORIM (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de MARCELO CORREA DE AMORIM em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO (Agravado em Execução n. 0008118-77.2021.8.26.0050).

A impetrante sustenta que foi deferida ao paciente a progressão ao regime semiaberto.

Alega que a decisão que determinou a realização de exame criminológico e, por consequência, o retorno do paciente ao regime fechado viola a Súmula n. 439 do STJ.

Afirma que, para justificar a realização do exame criminológico, o acórdão não indicou nenhum fundamento concreto; fundamentou-se apenas na gravidade do crime.

Requer, liminarmente, que se mantenha o paciente no regime semiaberto até o julgamento de mérito do presente *habeas corpus*.

Pugna pela concessão da ordem para que seja cassado o acórdão atacado restabelecendo a progressão deferida pelo Juízo de primeira instância.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião

do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 13 de julho de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente